

Boasas
Carla D

ATA NÚMERO DEZOITO

---- Ao vigésimo sexto dia do mês de Junho de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas, na Freguesia de União das Freguesias da Ribeira do Neiva, do Concelho de Vila Verde, no edifício da Sede da Junta de Freguesia, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia sob a presidência de Joaquim Pinheiro Gonçalves. -----

---- A Sessão teve início pelas vinte horas e trinta minutos, após o Presidente da Assembleia ter aguardado um período de trinta minutos. -----

---- Aberta a sessão e feita a chamada, verificou-se não estarem presentes todos os eleitos, estando a faltar os Srs. Deputados Amadeu Feio, António Vieira e Luísa Dantas.

---- Verificada a existência de quórum, o Presidente deu início aos trabalhos.-----

---- Entrando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos – Período da Ordem do Dia – subponto 1.1 - Aprovação da redação da ata da sessão anterior da Assembleia de Freguesia, o secretário Cristiano Lopes leu a respetiva ata. -----

---- Foi então colocada a votação a redação da Ata da Assembleia anterior, a qual, após votação, foi aprovada com os votos a favor dos Srs. Deputados Germano Sameiro, Natália Pereira, Joaquim Gonçalves, Cristiano Lopes e Artur Correia e a abstenção do Sr. Deputado Carlos Machado.-----

---- Entrando no Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, subponto 2.1 – Apreciação, discussão e votação do valor a cobrar pela frequência das atividades do OTL, no período de férias de 2024 - de 1 de julho a 9 de agosto, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Executivo, tendo usado da mesma o Sr. Tesoureiro, o qual, no seu uso, apresentou a proposta do valor a cobrar pela frequência das atividades do OTL, no período de férias de 2024 - de 1 de julho a 9 de agosto, cujos valores genericamente se mantêm relativamente ao ano anterior, estando essa apresentação disponível para consulta na sede da Junta de Freguesia. -----

---- Terminou então a sua intervenção. -----

---- Colocada a votação foi a proposta aprovada por unanimidade dos presentes. -----

---- Entrando no subponto 2.2 Apreciação, discussão e votação da atribuição de topónimos, nomeadamente, Rua do Rio Neiva, Travessa de Longras e Caminho das Bouças na toponímia da extinta Freguesia de Pedregais e Caminho do Borrall na toponímia da extinta Freguesia de Rio Mau, o Presidente da Assembleia concedeu

novamente a palavra ao Executivo, tendo usado da palavra a Sra. Secretária Candy Costa, a qual, no seu, uso, referiu que estas alterações à toponímia (nomeadamente da extinta freguesia de Pedregais) não foram efetuadas pelo atual Executivo, tendo inumerado 3 ruas onde as placas com a identificação da rua se encontram colocadas nos locais mas cuja toponímia não se encontra devidamente aprovada. Na extinta freguesia de Rio Mau, o caminho do Borral não se encontrava incluído na toponímia, tratando-se de um caminho pedonal, que sempre existiu, mas que não se encontrava previsto na toponímia. -----

---- Terminou então a sua intervenção. -----

---- Colocada a votação foi a proposta aprovada por unanimidade dos presentes. -----

---- Passando ao subponto 2.3 - Apresentação do levantamento e cadastro dos cemitérios da União de Freguesias da Ribeira do Neiva, discussão e votação de situações a considerar, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu novamente a palavra ao Executivo, tendo usado da palavra o Sr. Presidente do Executivo, o qual pediu autorização para ser feita a apresentação de todo o trabalho de levantamento do cadastro dos cemitérios existentes na União de Freguesias pela Sra. Natália, que foi quem realizou o trabalho. Tendo sido concedida a autorização, a mesma, no uso da palavra, após cumprimentar os presentes, referiu que todo o trabalho de realização do cadastro dos cemitérios foi muito trabalhoso, dada a diversidade de documentos que foi necessário consultar, registos fotográficos realizados e atendimentos presenciais com os proprietários das sepulturas. Projetou uma apresentação, a qual se encontra disponível para consulta na sede na Junta de Freguesias, através da qual explicou aos presentes como funciona a plataforma informática onde se encontra registado o cadastro dos cemitérios que foi realizado. Informou ainda que todos os registos que constam da plataforma, também se encontram em suporte papel. Referiu que durante a sua pesquisa foram identificados alguns casos para os quais não foi possível identificar os concessionários das sepulturas, casos esses que serão hoje discutidos nesta Assembleia, afim de se tentar encontrar uma solução para os mesmos. Mostrou aos presentes quais os documentos que foram utilizados e considerados válidos para identificação dos concessionários das sepulturas, bem como as datas das concessões. Relativamente ao cemitério de Godinhaços, referiu a existência de várias sepulturas ocupadas mas que não estão concessionadas. Relativamente às situações particulares, começando pelo cemitério de Goães, referiu a sepultura A24, tendo a família comparecido na Junta de Freguesia mas sem qualquer documento relativo á concessão da mesma. A filha dos defuntos referiu que aquela sepultura terá

600
R. A. Z.

sido doada ao seu pai. Referiu também o caso da sepultura A32, tendo as netas do defunto comparecido ao atendimento, referindo que a sepultura é da família há muitos anos. Também para a sepultura B10, a família dos defuntos, que compareceu a atendimento, referiu que a sepultura se encontra na família há vários anos. Na parcela C, tem dois casos semelhantes: C4 - o filho do defunto, que compareceu a atendimento, referiu saber que a sepultura foi concessionada pelo seu avô mas não tem nenhum documento - o mesmo acontecendo relativamente à sepultura C9. As 24, 26 e 29 não estão concessionadas mas as famílias sabem desse facto. Relativamente à D13, a filha referiu saber que a sepultura foi concessionada pelo pai mas não tem nenhum documento. Relativamente à sepultura D2, ninguém compareceu a atendimento, tendo sido apurado não existir família dos defuntos. Relativamente à D17, foi encontrado um documento de uma SISA, no qual estava manuscrito “não pagou pelo que não registei”. A Sra. Natália deu ainda nota do facto de, em resultado de um assalto ocorrido na antiga sede da Junta de Freguesia de Goães, poderem ter sido extraviados vários documentos, nomeadamente relacionados com a concessão de sepulturas. Foi então questionada a Assembleia sob a forma de proceder para resolução destas situações particulares. A Assembleia discutiu então a situação, tendo sido unanime que existem situações diferentes a considerar, pelo que após a apresentação de todas as situações se decidiria, atendendo a que, por exemplo, no cemitério de Godinhaços, existem várias sepulturas que se sabe não terem sido concessionadas, enquanto, por exemplo, no cemitério de Goães, são situações pontuais, que podem resultar do extravio dos documentos. Foi então decidido proceder à votação da solução após apresentação de todas das situações. Relativamente ao cemitério da Portela, apenas existe uma situação a considerar, que é do jazigo, não estando registado nenhum concessionário por não haver certeza do mesmo, tendo sido apurado não existirem atualmente familiares do defunto. Relativamente ao cemitério de Godinhaços, a acrescer à situação já referida da existência de várias sepulturas não concessionadas, foi encontrado um registo para a sepultura B4, onde se encontra referido que esta foi trocada pela A6. No entanto, o que se verifica é que para o mesmo recibo se encontram a ser utilizadas duas sepulturas. Passando para Azões, foi encontrado um cadastro realizado pelo Executivo da antiga Junta de Freguesia de Azões, antes da agregação, havendo apenas duas situações a considerar, relativas às sepulturas A4 e A5, sendo que a A4 nos registos se refere ser uma sepultura perpétua. Em atendimento, compareceu uma senhora que referiu que a sepultura foi doada às irmãs dos concessionários. Não foi apresentado qualquer

documento. O Sr. Deputado Sr. Artur Correia, pedindo para usar da palavra, explicou a existência de uma conversa com os concessionários da sepultura, em que se falou na troca das sepulturas A4 e A5. Concluiu-se haver troca de registos entre as sepulturas A4 e A5, não estando a sepultura A4 concessionada. Relativamente à sepultura A22, a família sabe que a sepultura estava concessionada, mas não tem comprovativo, sendo que do registo que foi encontrado consta que se trata de uma sepultura temporária. Em Pedregais, existe um caso único que é uma concessão de 2013, cuja parcela de terreno na parte nova do cemitério, que ainda não existia, foi vendida pelo valor de 300 €, sendo que o valor das parcelas de terreno no cemitério novo é de 600 euros. Foi relatada a existência de uma situação de uma sepultura no cemitério de Duas Igrejas, cuja concessionária manifestou intenção de trocar por uma concessão no cemitério de Goães, havendo neste caso que analisar o pagamento da diferença do valor das concessões. Passando ao cemitério da Touceira, foram identificados os seguintes casos: sepultura A2, em que a concessionária se recorda de ter pago a SISA mas não encontra documento; A sepultura A13 está na mesma situação, bem como as A14 e D33. Relativamente ao cemitério de Rio Mau, a Sra. Natália mostrou à Assembleia um mapa do cemitério no qual eram identificadas as concessões, sendo que para a sepulturas B41 e B49 não consta informação de concessão, mas os familiares informarem terem a concessão, mas sem terem apresentado documento. Relativamente à sepultura B49, foi lido à Assembleia um pedido de concessão da referida sepultura, efetuado pela única herdeira. Relativamente ao cemitério de Cháscoa, é um cemitério pequeno e todos os registos encontrados foram associados às respetivas sepulturas, exceto dois registos. Terminada a apresentação das situações, e após discussão, foram então colocadas a votação as seguintes propostas: -----

- a) Para a situação de Pedregais, foi colocada a votação a proposta de não pagamento de valor adicional pela compra da sepultura. Colocada a votação foi por unanimidade dos presentes aprovada a proposta;-----
- b) Para as situações em que não se encontraram registos mas as sepulturas se encontram a ser zeladas há vários anos, foi colocada a votação a proposta de atribuição, ou não, da concessão das sepulturas a quem se encontra a zelar pela mesma, ou, no caso de haverem vários zeladores/herdeiros, averbar em nome dos herdeiros dos defuntos lá sepultados. Após discussão e colocada a votação foi por unanimidade dos presentes aprovada a seguinte proposta: atribuição da concessão das sepulturas para as quais não foram encontrados documentos que

provem a concessão mas cujas sepulturas se encontram a ser zeladas desde data anterior ao ano 2000, a atribuição das concessões aos herdeiros dos defuntos lá sepultados. Para as sepulturas que não se encontrem a ser zeladas desde data anterior ao ano 2000, a atribuição da concessão será efetuada mediante pagamento. Colocada a votação foi a proposta aprovada por unanimidade dos presentes; -----

- c) Foi colocada a votação a proposta de troca das concessões no cemitério de Azões, a qual, após votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes;-----
- d) Relativamente à troca de concessão entre cemitérios, mediante prévia análise e autorização do Executivo, foi colocada a votação o pagamento, ou não, da diferença do custo da concessão. Colocada a votação foi por unanimidade dos presentes aprovada a proposta do pagamento da diferença do eventual custo adicional da nova concessão, sendo essa diferença calculada pelo custo das concessões há data da troca, sendo que a troca carecerá sempre de pedido e análise pelo Executivo. -----

---- Entrando no subponto 2.4 - Outros assuntos de interesse para a Freguesia, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Executivo, tendo usado da mesma o Sr. Presidente do Executivo, o qual, no uso da mesma, e após cumprimentar os presentes, disse: Que pretendia dar nota do que se tem passado nos últimos meses na União de Freguesias. Referiu que o Executivo recebeu um edital para afixação, o qual pretendia a identificação dos proprietários dos terrenos que serão atravessados pela nova linha de muito alta tensão. Como forma de protesto, os mesmos não foram afixados e pretende o Executivo a sua devolução à Câmara Municipal, tendo pedido à Assembleia que se pronunciasse sobre essa posição, tendo, após votação, por unanimidade dos presentes, a Assembleia apoiado a posição do Executivo e, nesse sentido, a devolução dos Editais à Câmara Municipal com a indicação da sua não afixação como forma de protesto. Referiu que receberam um ofício da REN dando nota de que seriam iniciados os trabalhos, mas que continuam a lutar para que a mesma não seja instalada, ou, a avançar, não seja naquele traçado. Mais referiu que, durante todo este processo, o Executivo nunca foi ouvido. Que continua, quer o Executivo, quer a comissão que foi criada, a lutar contra a instalação da linha. Sobre o trabalho do Executivo, referiu que começaram a limpeza dos caminhos um pouco tarde por falta de mão de obra. Referiu que continuam as obras de instalação de saneamento em Pedregais e Azões, e que pretendem alargar a mais lugares de todas as Freguesias. Em Godinhaços foram

acabadas duas ruas e foi solucionada a situação da torneira falada em assembleias anteriores. Em Rio Mau foi acabada a obra da rua do cemitério, estando ainda a decorrer a obra do cemitério. Agradeceu o trabalho desenvolvido pela Sra. Natália no cadastro e registo dos cemitérios, por ser uma obra “que fica” e que permitirá no futuro uma muito mais fácil gestão dos cemitérios. Referiu que continua com o abastecimento de água pública na parte norte e que vai entrar em Azões. Informou que entrou em funcionamento a segunda antena na parte alta da freguesia, no Bustelo. -----

---- Terminou então a sua intervenção.-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia, no uso da palavra, referiu, sobre a instalação da linha de muito alta tensão, que, em muitos locais da nossa União de Freguesias, havia necessidade de aumento de potência, e que nada tem sido feito por parte da REN. -----

---- Pediu para usar da palavra a Sra. Deputada Natália Pereira, a qual apresentou à Assembleia a proposta de gravação áudio das reuniões da Assembleia. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia recebeu a proposta e colocou a mesma a votação. Colocada a votação foi a proposta aprovada com 5 votos a favor (Natália Pereira, Germano Sameiro, Joaquim Gonçalves, Cristiano Lopes e Carlos Machado) e 1 voto contra (Artur Correia). -----

---- Terminado o período da Ordem do Dia, passou o Presidente para o Ponto 3 – Período da Abertura ao Público. -----

---- Usando da palavra, pediu ao público para, querendo fazer alguma intervenção, fazer a sua inscrição junto da mesa. Pediram para usar da palavra os seguintes membros do público: 1) Marlene Carvalho, Rio Mau; 2) João Gonçalves, Duas Igrejas. -----

----- Chamou então o Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem indicada, os membros do público. -----

---- Chamada a Sra. Marlene Carvalho, a mesma, no uso da palavra, e após cumprimentar os presentes, disse estar presente em nome da comissão que foi criada contra a instalação da linha de muito alta tensão. Referiu que a comissão tem trabalhado no sentido de combater a instalação desta linha, por vários motivos: porque a população não foi ouvida neste processo; porque a linha atravessa uma grande zona de carvalho; porque esta linha em nada favorece a nossa região. Enumerou as várias iniciativas que têm sido levadas a cabo para combater a instalação da linha. Referiu que estarão presentes numa reunião no dia um de Julho, em Monção, onde estará presente a senhora ministra do Ambiente e Energia. Disse que vão aguardar pela decisão das providências cautelares que foram instauradas pelos Municípios do Alto Minho, lamentando que Vila

Verde não o tenha feito. Terminou referindo que não vão baixar os braços, e que continuarão a trabalhar e a lutar contra a instalação da linha de muita alta tensão. Terminou então a sua intervenção. -----

---- Foi então chamado o Sr. João Gonçalves, o qual, após cumprimentar os presentes, referiu estar presente na qualidade de advogado e em representação da família da Sra. Zulmira Oliveira. Colocou uma questão ao presidente do Executivo, relativa ao anexo do café Cruzeiro, tendo referido já ter falado com o Executivo, e que a posição da família que representa é a de que, analisada a ata do Executivo, aquele anexo teria que ser amovível. Não obstante, nem é isso que está aqui em causa, mas sim o facto de estar encostado ao muro. Assim, o objetivo é que seja afastado do muro, uma vez que o terreno dos seus clientes ficou diminuído. Assim, questionou se o Sr. Presidente do Executivo poderia dar resposta se aquela situação será resolvida. Colocou uma segunda questão, relativa à construção de um jazigo fora do perímetro do cemitério, que colide com o terreno dos seus constituintes. Referiu que, após análise da situação, lhe parece haver ali uma ilegalidade. Queria assim saber qual a posição do Executivo sobre a situação e se vão ser construídos mais jazigos naquele local. Terminou referindo que foi um gosto estar presente na Assembleia, parabenizou o trabalho realizado no cadastro dos cemitérios e formulou um pedido de mais recolha do lixo na União de Freguesias. --

---- Dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, para resposta, pelo mesmo foi referido, relativamente à primeira situação, que não tendo a Junta de Freguesia competência para a fiscalização de obras, o processo foi atempadamente remetido para a Câmara Municipal, estando ainda o Executivo a aguardar resposta. Relativamente à situação da construção do jazigo, é uma situação já antiga, que um morador há muito o queria construir e que várias vezes interpelou o Executivo. Após análise da situação, o Executivo pediu ao mesmo para apresentar um projeto de construção do jazigo, e foi identificado aquele local como o que seria possível para a construção do jazigo. Que foi colocada a votação na Assembleia essa proposta, e que existe projeto para construção de 4 jazigos. Informou ainda que o jazigo será ladeado por um muro e por uma cortina verde, consubstanciando um alargamento do cemitério na ordem dos 12 metros. Terminou então a sua intervenção. -----

---- Terminada a Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pela mesa, tendo de imediato o Presidente da Assembleia dado os trabalhos por encerrados, pelas vinte e três horas e dezoito minutos. -----

---- O Presidente da Assembleia de Freguesia:-----

Joaquim Ferreira Guedes

---- O Primeiro Secretário:-----

Christiano Góes Vieira Lps.

---- O Segundo Secretário:-----

Luís Mendes